



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

547
2

Embargos de declaração no recurso de agravo no reexame necessário e apelação cível nº 312017-2 – Comarca do Recife

Embargantes: Carlos Eduardo Jovino de Paula e Silva e outros.

Embargado: Estado de Pernambuco.

EMENTA: CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO DE AGRAVO DIANTE DE TERMINATIVA EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO. ARGUIÇÃO DE OBSCURIDADE, OMISSÃO, CONTRADIÇÃO E ERRO DE FATO. CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA PMPE/2010. NORMAS EDITALÍCIAS RESPEITADAS. IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO DE RENÚNCIA OU DE TRANSAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO MERITÓRIA SUFICIENTE. PREQUESTIONAMENTO. IMPROVIMENTO DOS ACLARATÓRIOS. 1. Consoante mais uma vez se explicita, os embargantes se submeteram ao processo seletivo interno para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o Curso de Formação de Sargentos/2010, não logrando êxito por não terem obtido, de acordo com a banca examinadora, nota mínima de 40% (quarenta por cento) de acerto ou mais em cada prova, apenas atingindo uma média aritmética global superior a 5,00 (cinco), no exame intelectual. 2. Obediência às normas editalícias, em especial as regras contidas nos subitens 3.1.1 e 3.1.6 do certame em referência. 3. De acordo com o quadro de provas contido no item 3.1.8 do edital, depreende-se que o exame intelectual a que se submeteram os candidatos foi organizado em duas áreas de conhecimento, quais sejam, parte geral, composta de sete disciplinas, e a parte específica, constituída por três disciplinas, totalizando 100 (cem) questões. 4. Da leitura dos referidos itens, extraiu-se que o exame intelectual foi dividido em "áreas de conhecimento", sendo cada uma dessas áreas (parte geral e especial) composta de disciplinas a serem consideradas como as "provas" a que se refere o item 3.1.6. 5. Anotou-se que para ser o candidato aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, estando elas dentro das suas respectivas áreas de conhecimento, conforme entendimento manifestado pela própria Comissão do certame, que em assim agindo, considerando o ponto de corte por disciplina, não alterou, nem retificou o edital, mas tão somente objetivou sanear eventuais dúvidas ou interpretações controvertidas, critério de correção que foi aplicado a todos os demais candidatos no mesmo certame e desse modo deve prevalecer,

548
3

ainda em atenção ao princípio da isonomia. 6. Precedentes citados do STJ e deste Sodalício. 7. Entendeu o colegiado também sem cabimento a alegada necessidade de homologação de renúncia ou de transação que teria sido levada a efeito entre os embargantes e o embargado, diante dos termos do documento de fls. 471, já que renúncia ou transação não é um ato impositivo, senão voluntário. 8. A pretensão de revisão meritória do julgado é descabida em sede restrita aclaratória, já que presentes os fundamentos suficientemente esclarecedores que levaram à formação dos votos da turma na decisão unanimemente tomada pelo colegiado competente, materializados em extrato constante da ementa embargada, e mesmo em se considerando que a fundamentação não tenha sido exaustiva nos pontos que se pretende aclarar, ela contém os elementos necessários à formação do convencimento da turma julgadora, solucionando integralmente a controvérsia. 9. Conforme a jurisprudência reiterada do STJ, "a ausência de fundamentação não se confunde com fundamentação sucinta. Aquela gera nulidade da decisão, esta, não" (no AGA, T4, rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe de 05/06/2013), sendo certo, ainda, que "os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão" (no REsp 1121608, T1, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 11/06/2013), e, por fim, "a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC" (no EDMS 15707, S1, rel. Min. Hermann Benjamin, DJe de 30/08/2011). 10. Embargos de declaração improvidos à unanimidade de votos, e, pela fundamentação exposta, mais uma vez não foram considerados vulnerados os arts. 5º, X, XIV, XXXIII, XXXIV, "a" e "b", XXXV e LV; 37, caput, e 93, IX e X, todos da CF; 462 do CPC; 2º, I a XIII, §§ 1º e 2º, 53, 54, §§ 1º e 2º, e 55 da Lei nº 9.974/99; 16, 17 e 33 da LCE nº 108/2008 e 3º, § 1º, da LCE nº 105/2007, ou o art. 269, II e V, do CPC, explicitamente prequestionados.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de embargos de declaração no recurso de agravo no reexame necessário e apelação cível nº 312017-2, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes do 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, dos votos e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P. R. I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Grupo de Câmaras de Direito Público
Saliente Desembargador Ricardo Pires Barreto

549
a

**Embargos de declaração no recurso de agravo no reexame necessário e apelação
cível nº 312017-2 – Comarca do Recife**

Embargantes: Carlos Eduardo Jovino de Paula e Silva e outros.

Embargado: Estado de Pernambuco.

RELATÓRIO

Cuidam-se de embargos de declaração diante de acórdão lavrado nos autos do recurso de agravo que ratificou decisão terminativa de minha lavra que deu provimento ao reexame necessário e declarou prejudicado o apelo do aqui embargado, assim ementado:

CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE AGRAVO. TERMINATIVA EM REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO. CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DA PMPE/2010. NORMAS EDITALÍCIAS RESPEITADAS. IMPOSSIBILIDADE DE IMPOSIÇÃO DE TRANSAÇÃO. PREQUESTIONAMENTO. IMPROVIMENTO DO INTEGRATIVO. 1. Consoante decidido em terminativa, os agravantes se submeteram ao processo seletivo interno para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o Curso de Formação de Sargentos/2010, não logrando êxito por não terem obtido, de acordo com a banca examinadora, nota mínima de 40% (quarenta por cento) de acerto ou mais em cada prova, apenas atingindo uma média aritmética global superior a 5,00 (cinco), no exame intelectual, em interpretação que foi considerada adequada dos subitens 3.1.1 e 3.1.6 do edital deste certame. 2. De acordo com o quadro de provas contido no item 3.1.8 do edital, depreende-se que o exame intelectual a que se submeteram os candidatos foi organizado em duas áreas de conhecimento, quais sejam, parte geral, composta de sete disciplinas, e a parte específica, constituída por três disciplinas, totalizando 100 (cem) questões. 3. Extrai-se que o exame intelectual foi dividido em "áreas de conhecimento", sendo cada uma dessas áreas (parte geral e especial) composta de disciplinas a serem consideradas como as "provas" a que se refere o item 3.1.6. 4. Portanto, para ser o candidato aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, estando elas dentro das suas respectivas áreas de conhecimento, conforme entendimento manifestado pela própria Comissão do certame, que em assim agindo, considerando o ponto de corte por disciplina, não alterou, nem retificou o edital, mas tão somente objetivou sanear eventuais dúvidas ou interpretações controvertidas, critério de correção que foi aplicado a todos os demais candidatos no mesmo certame e desse modo deve prevalecer, ainda em atenção ao princípio da isonomia. 5. Precedentes citados do STJ e deste Sodalício. 6. Também se considerou sem cabimento a alegada necessidade de homologação de transação que teria sido levada a efeito entre os agravantes e o agravado, diante dos termos do documento de fls. 471, já que transação não é um ato impositivo, senão voluntário. 6. Integrativo improvido à unanimidade de votos,

~

550
✓

não se considerando vulnerados os arts. 5º, X, XIV, XXXIII, XXXIV, "a" e "b", XXXV; 37, caput, e 93, IX e X, todos da CF, ou o art. 269, V, do CPC.

Segundo os embargantes, esta decisão seria omissa, contraditória e conteria erro material, malferindo os arts. 5º, X, XIV, XXXIII, XXXIV, "a" e "b", XXXV e LV; 37, caput, e 93, IX e X, todos da CF; 462 do CPC; 2º, I a XIII, §§ 1º e 2º, 53, 54, §§ 1º e 2º, e 55 da Lei nº 9.974/99; 16, 17 e 33 da LCE nº 108/2008 e 3º, § 1º, da LCE nº 105/2007, além do fato de que o embargado teria renunciado ao direito questionado no caso concreto, implicando na necessidade de extinção do processo nos moldes do art. 269, II e V, do CPC, sendo o caso.

Autos conclusos.

É o relatório.

VOTO

Consoante mais uma vez se explicita, os embargantes se submeteram ao processo seletivo interno para o preenchimento das vagas disponibilizadas para o Curso de Formação de Sargentos/2010, não logrando êxito por não terem obtido, de acordo com a banca examinadora, nota mínima de 40% (quarenta por cento) de acerto ou mais em cada prova, apenas atingindo uma média aritmética global superior a 5,00 (cinco), no exame intelectual.

Conforme é cediço, o edital é a lei interna do certame e sua estrita observância garante a objetividade da atuação administrativa, merecendo destaque as disposições editalícias contida nos subitens 3.1.1 e 3.1.6 do certame em referência, *in verbis*:

3.1.1 O exame intelectual, de caráter eliminatório e classificatório, será composto de áreas de conhecimento, conforme estabelecido no quadro de provas.

3.1.6 O candidato para ser aprovado terá que obter grau igual ou superior a 40% (quarenta por cento) em cada prova e uma média aritmética global igual ou superior a 5,00 (cinco).

De acordo com o quadro de provas contido no item 3.1.8 do edital, depreende-se que o exame intelectual a que se submeteram os candidatos foi organizado em duas áreas de conhecimento, quais sejam, parte geral, composta de sete disciplinas, e a parte específica, constituída por três disciplinas, totalizando 100 (cem) questões.

Da leitura dos referidos itens, extrai-se que o exame intelectual foi dividido em "áreas de conhecimento", sendo cada uma dessas áreas (parte geral e especial) composta de disciplinas a serem consideradas como as "provas" a que se refere o item 3.1.6.

Assim, para ser o candidato aprovado no exame intelectual, deve obter um número de acertos mínimo equivalente a 40% (quarenta por cento) em cada disciplina, estando elas dentro das suas respectivas áreas de conhecimento, conforme entendimento manifestado pela própria Comissão do certame, que em assim agindo, considerando o ponto de corte por disciplina, não alterou, nem

~

551
2

retificou o edital, mas tão somente objetivou sanear eventuais dúvidas ou interpretações controvertidas, critério de correção que foi aplicado a todos os demais candidatos no mesmo certame e desse modo deve prevalecer, ainda em atenção ao princípio da isonomia.

No sentido posto, foram citados diversos precedentes do STJ e deste Sodalício.

Também sem cabimento a alegada necessidade de homologação de renúncia ou de transação que teria sido levada a efeito entre os embargantes e o embargado, diante dos termos do documento de fls. 471, já que transação não é um ato impositivo, senão voluntário.

O que na verdade o que pretende o embargante é, em sede restrita aclaratória, revisitar os fundamentos suficientemente esclarecedores que levaram à formação dos votos da turma na decisão unanimemente tomada pelo colegiado competente, materializados em extrato constante da ementa embargada, e mesmo em se considerando que a fundamentação não tenha sido exaustiva nos pontos que se pretende aclarar, ela contém os elementos necessários à formação do convencimento da turma julgadora, solucionando integralmente a controvérsia.

Conforme a jurisprudência reiterada do STJ, "a ausência de fundamentação não se confunde com fundamentação sucinta. Aquela gera nulidade da decisão, esta, não" (no AGA, T4, rel. Min. Maria Isabel Gallotti, DJe de 05/06/2013), sendo certo, ainda, que "os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão" (no REsp 1121608, T1, rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJe de 11/06/2013), e, por fim, "a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC" (no EDMS 15707, S1, rel. Min. Hermann Benjamin, DJe de 30/08/2011).

Feitas estas considerações, o meu voto é pelo improvimento dos presentes embargos de declaração, e, pela fundamentação exposta, mais uma vez não considero vulnerados os arts. 5º, X, XIV, XXXIII, XXXIV, "a" e "b", XXXV e LV; 37, *caput*, e 93, IX e X, todos da CF; 462 do CPC; 2º, I a XIII, §§ 1º e 2º, 53, 54, §§ 1º e 2º, e 55 da Lei nº 9.974/99; 16, 17 e 33 da LCE nº 108/2008 e 3º, § 1º, da LCE nº 105/2007, ou o art. 269, II e V, do CPC, que foram explicitados.

É como voto.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto
Relato